

Disponível em:

<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/race>

Race, Joaçaba, v. 13, n. 3, p. 889-918, set./dez. 2014

TEORIA INSTITUCIONAL E DISCLOSURE DE SUSTENTABILIDADE: UMA INVESTIGAÇÃO NO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA

*Disclosure and Institutional sustainability Theory:
an investigation in the electricity sector*

Paulo Henrique Nobre Parente

E-mail: paulonobrepente@yahoo.com.br

Mestrando em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará.

Endereço para contato: Rua Waldemar Paes, 925, 60540055, Bom Jardim, Fortaleza, Ceará, Brasil.

Ariane Firmeza Mota

E-mail: arianefmota@yahoo.com.br

Mestranda em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará;

Contadora pela Universidade Federal do Ceará.

Augusto César de Aquino Cabral

E-mail: cabral@ufc.br

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais; Professor da Universidade Federal do Ceará.

Sandra Maria dos Santos

E-mail: smsantos@ufc.br

Pós-doutora e doutora em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco; Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria, da Universidade Federal do Ceará.

Isac de Freitas Brandão

E-mail: isacdefreitas@hotmail.com

Mestre em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará.

Artigo recebido em 07 de maio de 2014. Aceito em 22 de agosto de 2014.

Resumo

Com base na Teoria Institucional, especificamente sob os preceitos da legitimidade e do isomorfismo, as organizações, na busca de legitimarem suas ações, adotam práticas isomórficas. O estudo teve por objetivo verificar a ocorrência de isomorfismo no *disclosure* de sustentabilidade nos relatórios da *Global Reporting Initiative* (GRI). Para tanto, foram analisados 55 relatórios de sustentabilidade de 20 empresas do setor de energia elétrica, coletados na base de dados *GRI Reporting List* referente ao período de 2008 a 2011. Para verificar a presença de isomorfismo no *disclosure* dos indicadores, dos aspectos e das dimensões de sustentabilidade, utilizou-se a Análise de Variância (Anova). Os resultados comprovam que as empresas do setor de energia elétrica adotam práticas isomórficas de sustentabilidade em todo o período analisado. A partir dos resultados, conclui-se que o setor está em consonância com as diretrizes estabelecidas pelos relatórios da GRI, na medida em que se percebe um alto nível de *disclosure* e a ocorrência de isomorfismo entre esses níveis para as dimensões econômica, ambiental e social.

Palavras-chave: Teoria Institucional. Isomorfismo. Legitimidade. Sustentabilidade corporativa. Energia elétrica.

Disclosure and Institutional sustainability Theory: an investigation in the electricity sector

Abstract

Based on Institutional Theory, specifically under the precepts of legitimacy and isomorphism, organizations, seeking to legitimize their actions, exert isomorphic practices. The study aimed to verify the existence of the isomorphism disclosure of sustainability reports by the Global Reporting Initiative (GRI). For this, 55 sustainability reports of 20 companies in the electricity sector, listed in the database GRI Reporting List for the period between 2008 and 2011 were analyzed. To verify the existence of the isomorphism disclosure of indicators, aspects and dimensions of sustainability, it was used the statistical technique Analysis of Variance (Anova). The results show that companies in the electricity sector have isomorphic sustainability practices throughout the analysis period. It is concluded from the results that the sector is in line with the guidelines established by the GRI reporting, as it realizes high level of disclosure and the existence of isomorphism between these levels for the economic, environmental and social dimensions.

Keywords: Institutional Theory. Isomorphism. Legitimacy. Corporate sustainability. Electricity sector.

1 INTRODUÇÃO

No atual contexto, as organizações não devem visar somente à maximização dos lucros, haja vista que suas atividades, além de impactos econômicos, causam problemas para a sociedade e para o meio ambiente; demandando dessas entidades ações que minimizem os prejuízos por elas provocados (HACKSTON; MILNE, 1996). Nesse sentido, as organizações empresariais procuram, a cada dia mais, atender ao conceito de *Triple Bottom Line* (ELKINGTON, 1999), o que inclui a atuação responsável com o meio ambiente e com a sociedade, além da maximização da riqueza de seus acionistas.

A divulgação ou *disclosure* da sustentabilidade corporativa tem sido intensamente estudada, procurando investigar o conjunto de práticas adotadas pelas organizações, bem como os efeitos de sua divulgação (BATRES; MILLER; PISANI, 2010; NIKOLAEVA; BICHO, 2011). Nesse sentido, Castro, Siqueira e Macedo (2010) afirmam que as práticas de sustentabilidade se apresentam em diferentes formatos, os quais, por sua vez, são instituídos por meio de tentativas de normatização do processo de divulgação e de iniciativas de instituições não governamentais ou de âmbito acadêmico.

Nessa perspectiva, surgem as estruturas dos relatórios da *Global Reporting Initiative* (GRI) com o intuito de implementar a sua padronização e fornecer um modelo aceitável para a evidenciação de informações relativas aos desempenhos econômico, ambiental e social das organizações (MORISUE; RIBEIRO; PENTEADO, 2012).

Em decorrência das pressões exercidas pelos diversos *stakeholders*, as empresas buscam mais transparência na divulgação de suas informações econômicas, sociais e ambientais por meio dos relatórios de sustentabilidade (BERTELS; PELOZA, 2008). Cresce, então, a necessidade de se divulgar com confiabilidade as medidas socioambientais, o que leva ao aumento da publicação desses relatórios (MORISUE; RIBEIRO; PENTEADO, 2012). Adicionalmente, as organizações almejam, por meio do *disclosure* de práticas sustentáveis, legitimar suas ações diante do ambiente em que atuam (PATTEN, 1992; MACHADO FILHO; ZYLBERSZTAJN, 2004; HOPWOOD, 2009; TILLING; TILT, 2010).

Sob a perspectiva da Teoria Institucional, as organizações incorporam regras e procedimentos na busca de legitimar suas ações frente ao ambiente (MEYER; ROWAN, 1991). Essa busca de legitimidade tende a ser determinante para a adoção de práticas isomórficas (DIMAGGIO; POWELL, 1983; FONTES FILHO, 2004).

Nesse panorama, as organizações que se constituem em um dado campo estão expostas a um mesmo conjunto de forças e tendem a exercer influências umas sobre as outras, gerando uma dinâmica que resulta em convergência ou homogeneidade.

DiMaggio e Powell (1983) afirmam que o processo de institucionalização, constituído na adoção de modelos baseados em normas e estruturas, gera para as organizações mudanças nos valores e nas práticas culturais, processo denominado isomorfismo estrutural, que consiste em uma tendência entre as organizações de possuírem estruturas, modelos, normas e tecnologias similares. Segundo os autores, o isomorfismo institucional pode ocorrer de três formas: isomorfismo coercivo, isomorfismo mimético e isomorfismo normativo.

O advento do marco regulatório, integrante do modelo de reforma institucional do setor de energia elétrica, provocou mudanças significativas na gestão das empresas pertencentes a esse setor e, por conseguinte, a necessidade de gerir e incorporar novos conhecimentos. Como consequência, esse grupo de empresas passou a lidar com as novas obrigações regulatórias e setoriais, com o desafio da concorrência e dos riscos de mercado, bem como com a necessidade de prover o desempenho econômico do País (GALHANO, 2009).

Nesse contexto, o estudo pretendeu responder ao seguinte questionamento: Quais práticas de *disclosure* de sustentabilidade das empresas do setor de energia elétrica apresentam características isomórficas? Diante do problema proposto, o estudo tem como objetivo geral verificar a ocorrência de isomorfismo no *disclosure* de sustentabilidade dos relatórios da GRI. Adicionalmente, pretendeu-se examinar o nível de *disclosure* de sustentabilidade das empresas analisadas.

Destaca-se que o *disclosure* de práticas de sustentabilidade proporciona legitimidade para as organizações (PATTEN, 1992; HOPWOOD, 2009; TILLING; TILT, 2010). Sob o cenário brasileiro, essas práticas são fortemente influenciadas pela existência de agências reguladoras, que exercem poder de fiscalização sobre as ações das empresas reguladas (BRAGA et al., 2011). Desse modo, a demanda por legitimidade e o potencial de influência política podem levar à adoção de práticas isomórficas (DIMAGGIO; POWELL, 1983; FONTES FILHO, 2004). Assim, a hipótese deste estudo é que o *disclosure* de práticas de sustentabilidade nas empresas do setor de energia elétrica é isomórfico.

Ressalte-se que os estudos relacionados ao *disclosure* de sustentabilidade são apresentados na literatura acadêmica a partir de diferentes enfoques, como, por exemplo, a construção de indicadores (DELAÍ; TAKAHASHI, 2008) e a aplicação do conceito de *Triple Bottom Line* (VELLANI; RIBEIRO, 2009), quanto ao conteúdo

evidenciado (COSTA et al., 2013) e à sua relação com a governança corporativa (MICHELON; PARBONETTI, 2012). Assim, torna-se relevante investigar o *disclosure* de sustentabilidade fundamentado na Teoria Institucional, especificamente sob os preceitos da legitimidade e do isomorfismo, já que isso possibilita identificar quais práticas sustentáveis apresentam características convergentes evidenciadas pelas empresas do setor de energia elétrica, haja vista que esse setor é caracterizado como sensível em relação aos aspectos econômicos, sociais e ambientais (LINS; OUCHI, 2007).

Realizado por meio de pesquisa descritiva, de natureza quantitativa, o estudo reúne uma amostra de 20 empresas de capital aberto do Brasil, pertencentes ao setor de energia elétrica, que publicaram relatórios de sustentabilidade no período compreendido entre 2008 e 2011. A coleta de dados, caracterizada como documental, foi realizada no *website* da GRI. Para se verificar a ocorrência de processo isomórfico das práticas de *disclosure* sustentável, foi utilizada a Análise de Variância (Anova).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TEORIA INSTITUCIONAL: LEGITIMIDADE E ISOMORFISMO

As primeiras formulações acerca da Teoria Institucional ocorreram no final do século XX, com os estudos dos sociólogos Thorstein, Veblen, Emile Durkheim e Marx Weber. No campo organizacional, a Teoria se desenvolve a partir dos estudos de Selznik (1996), na década de 1950, e com o movimento neoinstitucional nas obras de Meyer e Rowan (1977) e DiMaggio e Powell (1983).

A Teoria Institucional preconiza que as organizações incorporam regras e crenças institucionalizadas, para que possam ser percebidas como legítimas. Nesse sentido, Dias Filho (2013) defende que os estudos acerca da evidenciação, principalmente relativa às informações de natureza socioambiental, têm sido construídos no escopo da Teoria da Legitimidade.

Nessa conjuntura, o processo de institucionalização é percebido como um conjunto de ações habituais – atribuído ao longo do tempo, e de maneira compartilhada, a um determinado ator ou grupo de atores – que passam a desempenhar papéis no contexto social (BERGER; LUCKMANN, 2003). Zucker (1991) entende a institucionalização como um processo em que os atores individuais transmitem o que é socialmente definido como real, e, ao mesmo tempo, como uma variável, de quanto uma ação pode ser considerada como certa em uma realidade social específica.

Um fator intrínseco à institucionalização refere-se à legitimidade, constituindo-se como uma percepção generalizada ou suposição de que tais ações de uma entidade são desejadas, próprias ou apropriadas dentro de algum sistema de normas, valores, crenças e definições socialmente construídos (SUCHMAN, 1995). Para o autor, a legitimidade teria posição central na transformação intelectual ajustada pela Teoria Institucional, proporcionando o alicerce para um arcabouço de formulações teóricas acerca das forças normativas e cognitivas que constroem, limitam e fortalecem os atores organizacionais. Nesse sentido, sob a perspectiva da Teoria Institucional, as organizações tenderiam a incorporar novas práticas e procedimentos que fossem definidos como tarefas e atividades organizacionais racionalizadas (MEYER; ROWAN, 1977).

Em busca de legitimidade e de aceitação social, as organizações objetivam tornar suas ações, estruturas e práticas mais próximas umas das outras. Essa busca por conformidade seria mais eficiente no sentido de garantir a sua sobrevivência por meio da melhoria do relacionamento e do reconhecimento com a sociedade, do que mediante o desempenho propriamente dito, razão pela qual é utilizada em momentos de turbulência e risco (MEYER; ROWAN, 1991; MACHADO-DASILVA; FONSECA, 1993).

Essa perspectiva leva a práticas isomórficas, por meio das quais as organizações são estimuladas a se tornar semelhantes, em estruturas, processos e crenças, a outras organizações que compartilham contextos ambientais similares, definidos como ambientes institucionais (FONTES FILHO, 2004). Meyer e Rowan (1977) propõem que essa estrutura racionalizada pode surgir a partir de dois contextos. O primeiro, representado pelas estruturas de controle e coordenação de atividades, possibilitando que as organizações obtenham eficiência superior e, conseqüentemente, uma vantagem competitiva em relação aos seus concorrentes. O segundo surge a partir de relações sociais, e representa um ambiente institucionalizado. Os autores enfatizam que não se trata de uma estrutura pura ou extrema, mas que varia de acordo com a pressão exercida nos controles de resultados das organizações, cujo sucesso depende mais da confiança e estabilidade adquirida pelo isomorfismo e pelas regras e padrões institucionalizados.

Ademais, DiMaggio e Powell (1983) identificaram três mecanismos pelos quais as mudanças institucionais isomórficas poderiam ocorrer: coercitivo, mimético e normativo. O isomorfismo coercitivo surgiria das pressões formais e informais exercidas sobre organizações das quais elas sejam dependentes ou por expectativas do ambiente em que estejam inseridas. Esse mecanismo tem por base

normas, leis e sanções, criadas a fim de evitar conflitos e eliminar diferenças, bem como aspectos relativos à demanda por legitimidade das organizações em um dado campo (MACHADO-DA-SILVA et al., 2003).

O isomorfismo mimético seria resultante de padrões de respostas a incertezas. Para DiMaggio e Powell (1983), esse processo surge da complexidade das relações entre as organizações e seus ambientes, à medida que surgem as incertezas quanto a tecnologias utilizadas, à ambiguidade de objetivos e aos simbolismos do ambiente. Nessa perspectiva, a imitação é uma alternativa a ser considerada, por ter como referência práticas consideradas legítimas e de sucesso, em razão de resultados satisfatórios obtidos pelas organizações pioneiras.

O processo isomórfico normativo tem por base a profissionalização. Segundo DiMaggio e Powell (1983), seria um esforço coletivo de membros de uma determinada ocupação para definir condições e métodos de trabalho, com o objetivo de controlar e padronizar procedimentos, bem como estabelecer uma base cognitiva e legítima para sua autonomia ocupacional. As profissões estariam sujeitas às mesmas pressões coercitivas e miméticas, como as organizações. No entanto, enquanto vários tipos de profissionais dentro de uma organização se diferenciam uns dos outros, eles demonstram ser muito similares às suas contrapartes em outras organizações. Adicionalmente, em muitos casos, o poder profissional tanto é designado pelo Estado quanto é criado por atividades econômicas (DIMAGGIO; POWELL, 1983).

Ressalta-se que os três processos não são mutuamente excludentes, e sua incidência, bem como sua importância, variam à medida que o peso de cada um pode ser diferente de uma sociedade para outra ou de um segmento de atividade para outro (MACHADO-DA-SILVA et al., 2003).

Vale ressaltar que os mecanismos esboçados anteriormente se conectam de modo recursivo, o que possibilita a reciprocidade entre tais elementos e, como consequência, a simultaneidade na prática social, além do desenvolvimento do processo ao longo do tempo (MACHADO-DA-SILVA; FONSECA; CRUBELLATE, 2005). Os processos não ocorrem por si sós, nem ou exclusivamente pela mera influência exercida sobre as organizações, mas pela interação dos ambientes sob condições de legitimidade (SCOTT, 2001; ZILBER, 2002).

A Teoria Institucional está fundamentada na forma como as regras e os procedimentos são incorporados pelas organizações, a partir da premissa de que essa incorporação ocorre em razão da legitimidade frente aos ambientes externo e interno, por meio do processo de isomorfismo (FONTES FILHO, 2004),

centrando-se na reprodução ou imitação de estruturas organizacionais, atividades e rotinas, em resposta a pressões do Estado, às expectativas de profissões ou normas coletivas do ambiente institucional. Vários estudos, por exemplo, demonstraram como características institucionais são transmitidas, sustentadas e resistentes a mudanças ao longo do tempo, como resultado de conformidade com as regras ou expectativas institucionais. Em contraste, Oliver (1991) propugna que o processo de institucionalização é conseguido mediante o exercício do poder, controle ou negociação de interdependências, para fins de obtenção de recursos vitais e com vistas a reduzir a incerteza do ambiente. Essa é a perspectiva da dependência de recursos, na qual as organizações se adaptam às pressões na extensão em que os atores organizacionais percebem e gerenciam as mudanças necessárias. Nessa perspectiva, a visão voluntarista é a que prevalece, enquanto a perspectiva institucional se utiliza da visão determinista para explicar as ações organizacionais frente ao ambiente (ROSSETO; ROSSETO, 2005). Ressalta-se, portanto, que a visão voluntarista também pode ser influenciada por essas pressões externas (MACHADO-DASILVA; FONSECA; CRUBELLATE, 2005). Nessa discussão, a questão central é se a adaptação às mudanças organizacionais é derivada do aspecto organizacional ou ambiental (ASTLEY; VAN DE VEN, 1983).

Tem-se percebido que o aumento da divulgação de ações de sustentabilidade pode estar relacionado a questões voluntárias ou deterministas: de ameaças e de legitimidade (DEEGAN; RANKIN, 1996; TILLING; TILT, 2010), de pressões da opinião pública (PATTEN, 2002), de adoção de práticas institucionalizadas (DIMAGGIO; POWELL, 1983), de ameaças à imagem da organização (ADAMS, 2002) ou de exigências políticas (BRAGA et al., 2011).

2.2 DISCLOSURE DE SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA

O desenvolvimento sustentável, frequentemente referenciado na literatura (DELAJ; TAKAHASHI, 2008; ARAS; CROWTHER, 2009), consiste em atender às necessidades da geração presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades. Ao transpor esse conceito para o escopo organizacional, a sustentabilidade empresarial pode ser definida como o atendimento das necessidades dos *stakeholders* diretos e indiretos, ao mesmo tempo em que se gera melhoria do meio ambiente e se promove a sobrevivência das gerações presentes e futuras (DYLLICK; HOCKERTS, 2002; SAVITZ; WEBER, 2007; MUNK; SOUZA, 2009).

As empresas divulgam informações sustentáveis a partir de pressões de dois grupos de interessados, com distintas perspectivas. O primeiro grupo, dos *stakeholders* externos, demanda informações sobre a ampliação do retorno sobre seus investimentos, a melhoria da imagem da empresa e a adequação à utilização dos recursos naturais, entre outras (PORTER, 1990); o segundo, dos *stakeholders* internos, deseja informações sobre a valorização dos recursos humanos, a distribuição da riqueza gerada, a utilização de recursos naturais e o impacto ambiental gerado pelas atividades econômicas (CONCEIÇÃO; DOURADO; SILVA, 2012).

Nota-se que as empresas se empenham na realização de ações sustentáveis, utilizando-se dos relatórios de sustentabilidade para realizar sua divulgação, de modo a garantir o fortalecimento de sua imagem institucional, bem como a redução de pressões sociais representadas pelos consumidores, credores e agentes regulamentadores (PATTEN, 1992; DEEGAN; RANKIN, 1996; FARIAS, 2008).

Nesse sentido, as organizações, inseridas nesse novo contexto, passam a ser avaliadas não somente pelos indicadores de desempenho tradicionais, mas também pela forma como interagem com o ambiente e com as demandas da sociedade (MCWILLIAMS; SIEGEL; WRIGHT, 2006; AGUILERA et al., 2007). Assim, os aspectos sociais e ambientais passariam a ter efeito nas decisões estratégicas da organização (PRAHALAD; HAMEL, 1994; COCHRAN, 2007), na busca de legitimar suas ações diante desses *stakeholders* (MACHADO FILHO; ZYLBERSZTAJN, 2004; TILLING; TILT, 2010).

Para que a sustentabilidade possa ser incorporada ao ambiente organizacional, deve-se, inicialmente, mensurá-la mediante utilização de um conjunto de índices ou indicadores (DELAJ; TAKAHASHI, 2008). Nessa conjuntura, Aras e Crowther (2009) argumentam que a mensuração e a evidenciação dos indicadores são imprescindíveis para a avaliação e o monitoramento das ações sustentáveis da empresa pela sociedade.

Nessa direção, diversas organizações têm tomado iniciativas para a mensuração da sustentabilidade, entre as quais se destacam os Indicadores de Desempenho da Organização das Nações Unidas, o Índice Dow Jones de Sustentabilidade, o relatório de sustentabilidade da *Global Reporting Initiative* (GRI), os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial e o Balanço Social do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE).

Com o objetivo de orientar as organizações para a compreensão e a divulgação de suas ações sustentáveis, surge a iniciativa não governamental da GRI como modelo de elaboração de relatórios de sustentabilidade, fundada em 1997 pela *Coalition for Environmentally Responsible Economies* (Ceres) e pelo *United*

Nations Environment Programme. Nesse sentido, a GRI tem por finalidade aumentar a qualidade e a utilidade dos relatórios de sustentabilidade, bem como padronizar as informações apresentadas (DELAÍ; TAKAHASHI, 2008) por meio do inter-relacionamento das dimensões econômica, social e ambiental, denominado *Triple Botton Line* (CASTRO; SIQUEIRA; MACEDO, 2010; VELLANI; RIBEIRO, 2009). Para Nikolaeva e Bicho (2011), o relatório de sustentabilidade denominado *Global Reporting Initiative* (GRI) é considerado um modelo voluntário utilizado mundialmente, aplicável a todos os tipos de organização, por meio da proposição de diretrizes específicas.

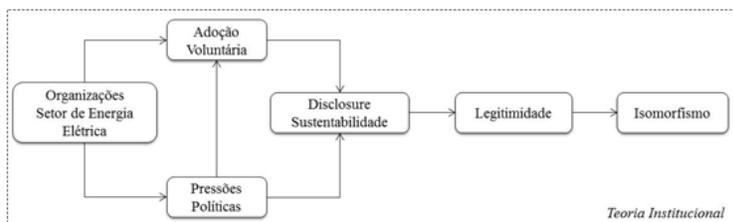
Para explicar o *disclosure* de práticas sustentáveis pelas organizações, são utilizadas diversas abordagens teóricas, destacando-se a Teoria da Divulgação Voluntária, a Teoria dos *Stakeholders*, a Teoria da Legitimidade, a Teoria Cultural e a Teoria do Custo Político (BAUER; NAIME, 2012). Compreender os fenômenos relacionados às questões de sustentabilidade mediante a Teoria Institucional tem se desenvolvido em tempos atuais (AGUILERA et al., 2007; CAMPBELL, 2007; MATTEN; MOON, 2008; OTHMAN; DARUS; ARSHAD, 2011; BRAMMER; JACKSON; MATTEN, 2012; SAMPAIO et al., 2012).

O *disclosure* de informações sustentáveis representa uma forma de legitimar as ações empresariais diante da sociedade, já que retrata a preocupação da organização com os diversos grupos sociais (PATTEN, 1992; HOPWOOD, 2009). Para O'Donovan (2002), as mudanças poderão ocorrer no grau de legitimidade, logo que ocorram mudanças no ambiente social em que a empresa está inserida. Essas mudanças decorrem de pressões de grupos de interesses, mudança cultural da sociedade, pressões regulatórias e crises empresariais.

Entende-se, portanto, que o *disclosure* voluntário de práticas sustentáveis pode ser percebido como uma ação legítima, eficiente e aceita pela sociedade (DOWLING; PFEFFER, 1975; SCOTT, 1991; PATTEN, 1992; HOPWOOD, 2009). Além disso, no ambiente brasileiro, caracterizado pelo forte poder de influência política das agências reguladoras sobre as ações das empresas reguladas, a adoção de determinados mecanismos contábeis é intensamente exigida, entre eles, as práticas de sustentabilidade (BRAGA et al., 2011; SAMPAIO et al., 2012). Assim, com base na Teoria Institucional, tais fatores – demandas por legitimidade e potencial de influência política – podem levar

à adoção de práticas isomórficas (DIMAGGIO; POWELL, 1983; FONTES FILHO, 2004). O Diagrama 1 apresenta o modelo teórico desenvolvido nesta pesquisa.

Diagrama 1 – *Disclosure* de sustentabilidade pela ótica da Teoria Institucional



Fonte: os autores.

Assim, diante desse contexto, considera-se que as empresas inseridas no campo setorial de energia elétrica estão sujeitas a condições ambientais semelhantes. Com isso, determinadas práticas e mecanismos contábeis, principalmente no que se refere ao *disclosure* de ações sustentáveis, podem ser percebidos como legítimos e eficientes, sendo, por sua vez, aceitos pela sociedade, de modo a influenciarem a adoção e a evidenciação de práticas de sustentabilidade dessas organizações, tornando-as isomórficas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa se caracteriza, quanto à natureza, como descritiva, pois busca identificar as práticas isomórficas de *disclosure* nos relatórios de sustentabilidade da GRI das empresas pertencentes ao setor de energia elétrica. A coleta de dados secundários, caracterizada como documental, foi realizada na base de dados disponibilizada no *website* da GRI (www.database.globalreproting.org), denominada *GRI Reporting List*. Neste, foram coletados os relatórios de sustentabilidade das empresas do setor de energia elétrica no período compreendido entre 2009 e 2012, cujas informações se referem ao período de 2008 a 2011.

A amostra da pesquisa compreende as empresas classificadas no setor de energia elétrica, que publicaram relatórios de sustentabilidade segundo as diretrizes GRI-G3. No total, são 20 empresas que publicaram 55 relatórios no período de 2009 a 2012, assim distribuídos: 13 em 2009, 17 em 2010, 16 em 2011 e 9 em 2012. Fazem parte da amostra: AES Eletropaulo S.A., AES Sul S.A., AES Tietê S.A., Ampla Energia e Serviços S.A., Celpe S.A., Cemat S. A., Cemig Geração e Distribuição

S.A., Cesp S. A., Coelba S.A., Coelce S.A., Copel S.A., Cosern S.A., CTEEP S.A., EDP Energias do Brasil S.A., Elektro S.A., Eletrobrás S.A., CPFL Energia S.A., Light S.A., Rede Energia S.A. e Tractebel Energia S.A.

Para a identificação das práticas de *disclosure*, procedeu-se à pesquisa documental por meio de análise de conteúdo, que, segundo Bardin (2004), segue três fases: pré-análise; exploração do material, nesse caso, dos relatórios de sustentabilidade conforme modelo GRI-G3; e tratamento, inferência e interpretação dos dados. Os dados foram coletados em junho e julho de 2013.

O setor de energia elétrica foi escolhido entre os demais, na medida em que as empresas a ele pertencentes são mais suscetíveis à regulamentação (BRAGA et al., 2011); é considerado, preponderantemente, relevante para o desenvolvimento do País (BRAGA et al., 2011); e é relevante nos potenciais impactos sociais e ambientais (LINS; OUCHI, 2007).

O modelo GRI-G3 é composto por 79 indicadores, distribuídos em três dimensões: econômica, social e ambiental. Tais indicadores são classificados em essenciais – 49 indicadores – e adicionais – 30 indicadores. Os indicadores essenciais são considerados aplicáveis e relevantes para a maioria das organizações, enquanto os adicionais devem ser adotados pelas empresas com o objetivo de alinhá-las, mais fortemente, aos princípios do relatório da GRI. Os indicadores adicionais representam ações emergentes relevantes para algumas organizações.

Foi construído um *check-list* baseado nos indicadores dos relatórios da GRI, a fim de se atribuir pontuação a cada indicador evidenciado. Para tanto, foram atribuídos o valor “0” para o indicador não evidenciado, o valor “1” para a evidenciação parcial do indicador e o valor “2” para sua evidenciação total. Os

aspectos referentes a cada dimensão e à quantidade de indicadores para cada aspecto são evidenciados no Quadro 1.

Quadro 1 – Distribuição dos aspectos econômicos, sociais e ambientais do relatório GRI-G3

Dimensão	Aspecto	Quantidade de Indicadores	Pontuação máxima possível
Econômica	Desempenho econômico	4	8
	Presença no mercado	3	6
	Impactos econômicos indiretos	2	4
Social	Emprego	3	6
	Relações entre os trabalhadores e a governança	2	4
	Segurança e saúde no trabalho	4	8
	Treinamento e educação	3	6
	Diversidade e igualdade de oportunidades	2	4
	Práticas de investimento e de processos de compra	3	6
	Não discriminação	1	2
	Liberdade de associação e negociação coletiva	1	2
	Trabalho infantil	1	2
	Trabalho forçado ou análogo ao escravo	1	2
	Práticas de segurança	1	2
	Direitos indígenas	1	2
	Comunidade	1	2
	Corrupção	3	6
	Políticas públicas	2	4
	Concorrência desleal	1	2
	Conformidade	1	2
	Saúde e segurança do cliente	2	4
	Rotulagem de produtos e serviços	3	6
	Comunicações de marketing	2	4
Privacidade do cliente	1	2	
Conformidade	1	2	
Ambiental	Materiais	2	4
	Energia	5	10
	Água	3	6
	Biodiversidade	5	10
	Emissões, efluentes e resíduos	10	20
	Produtos e serviços	2	4
	Conformidade	1	2
	Transporte	1	2
Total	34	79	158

Fonte: os autores.

A pontuação de cada empresa foi estabelecida por meio da razão entre a pontuação obtida pela empresa e a pontuação máxima possível. Para a mensuração do nível de *disclosure* dos aspectos, calculou-se a média dos indicadores referente a cada aspecto; para a mensuração do nível de *disclosure* das dimensões, calculou-se a média dos aspectos.

De modo a identificar o processo de isomorfismo, constante ou não na GRI, foi utilizada a Análise de Variância (Anova), que, segundo Triola (2005), é tida como um método para testar a igualdade de três ou mais médias populacionais, com base na análise de variâncias amostrais. Ressalta-se que essa metodologia foi aplicada no estudo de Sampaio et al. (2012).

Antes da realização desse teste, procedeu-se ao teste de Kolmogorov-Smirnov, para verificar se a amostra do estudo pode ser considerada proveniente de uma população com distribuição normal, sendo, então, constatada a normalidade dos dados. Na Anova, assume-se que as variâncias são iguais dentro dos grupos da variável independente. Desse modo, aplicou-se o teste de Levene, com a finalidade de averiguar essa suposição, isto é, da homogeneidade das variâncias. A hipótese nula do teste de Levene indica que as variâncias populacionais são homogêneas ou iguais; sendo a hipótese alternativa com pelo menos uma variância populacional diferente das demais, considera-se o nível de significância de 5%. Os resultados do teste de Levene para este estudo permitem aceitar a hipótese nula, já que os níveis de significância se mostraram superiores a 5%.

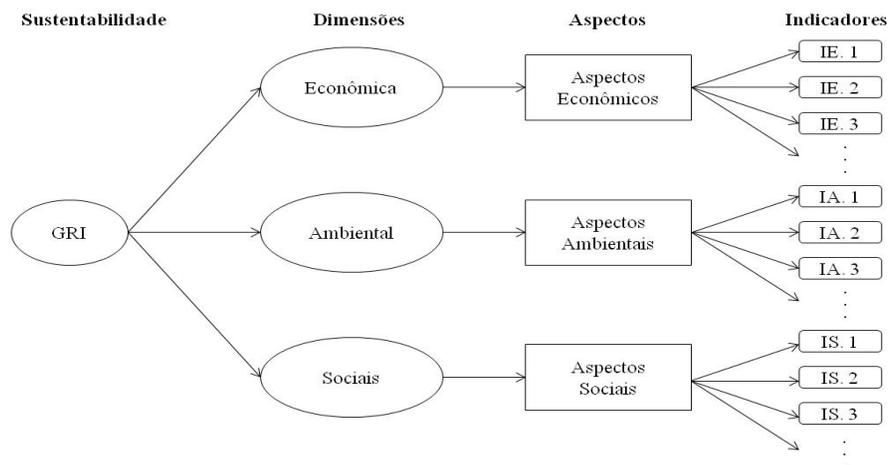
Após a realização desses testes, procedeu-se à Anova. Para tanto, considerou-se um nível de significância de 5%, buscando testar as seguintes hipóteses:

- a) $H_0 =$ as amostras possuem médias equivalentes ($\mu_0 = \mu_1$);
- b) $H_1 =$ as amostras não possuem médias equivalentes ($\mu_0 \neq \mu_1$).

O processo isomórfico é considerado quando o resultado da Anova não apresentar diferença estatisticamente significativa, adotando-se um nível de significância de 5%.

De modo a tornar clara a aplicação do teste de média para verificar o processo isomórfico nas práticas de *disclosure* de sustentabilidade, construiu-se um modelo operacional metodológico da pesquisa, como mostra o Diagrama 2.

Diagrama 2 – Modelo operacional do processo isomórfico



Fonte: os autores.

Assim, para a consecução do objetivo da pesquisa, realizou-se a Anova entre os aspectos descritos no Quadro 1, referentes a cada dimensão, com a finalidade de verificar a ocorrência de isomorfismo nas respectivas dimensões da sustentabilidade. Posteriormente, realizou-se o teste de média entre as dimensões econômica, social e ambiental, de modo a verificar se as práticas de sustentabilidade das empresas apresentavam diferenças estatísticas em seus níveis de divulgação. Adicionalmente, verificou-se a ocorrência de isomorfismo das práticas de sustentabilidade entre indicadores essenciais e indicadores adicionais. Ressalta-se que nessa análise foi utilizado o teste de média para amostras independentes (teste *t*), já que existem somente dois grupos de análise: indicadores essenciais e indicadores adicionais.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Inicialmente, realizou-se uma análise descritiva do *disclosure* de sustentabilidade para cada dimensão do relatório da GRI. A Tabela 1 mostra a evolução anual do nível de *disclosure* de sustentabilidade para cada dimensão da GRI.

Tabela 1 – Estatística descritiva das dimensões da sustentabilidade

Período	N. de relatórios de sustentabilidade	Estatística descritiva	Dimensão econômica	Dimensão social	Dimensão ambiental
2008	13	Média	0,868	0,819	0,787
		Coeficiente de variação	0,205	0,293	0,259
		Mínimo	0,556	0,331	0,467
		Máximo	1,000	1,000	1,000
2009	17	Média	0,722	0,732	0,633
		Coeficiente de variação	0,328	0,242	0,367
		Mínimo	0,389	0,431	0,333
		Máximo	1,000	1,000	1,000
2010	16	Média	0,802	0,777	0,726
		Coeficiente de variação	0,257	0,315	0,398
		Mínimo	0,444	0,273	0,200
		Máximo	1,000	1,000	1,000
2011	9	Média	0,728	0,699	0,613
		Coeficiente de variação	0,265	0,343	0,351
		Mínimo	0,444	0,418	0,300
		Máximo	1,000	1,000	1,000

Fonte: os autores.

Analisando-se a Tabela 1, percebe-se que as empresas possuem alto nível de *disclosure* para todas as dimensões da sustentabilidade, haja vista médias alcançadas de 78% para a dimensão econômica, 75,7% para a dimensão social e 69% para a dimensão ambiental. Verificou-se, também, que todas as dimensões da sustentabilidade apresentam variabilidade constante durante o período analisado, sendo da dimensão ambiental o maior coeficiente de variação, seguida das dimensões social e econômica, respectivamente. A invariabilidade constante no período analisado pode representar a homogeneidade do nível de divulgação das informações econômicas, sociais e ambientais, de modo que isso possa representar um conjunto de ações habituais, atribuído ao longo do tempo e de maneira compartilhada a um determinado ator ou grupo de atores que passam a desempenhar papéis no contexto social (BERGER;

LUCKMANN, 2003). Ademais, esse resultado aponta para um nível mais elevado de normatização e mais capacidade de percepção e comparação pelos *stakeholders*, no que se refere à responsabilidade social (SAMPAIO et al., 2012).

Esses resultados não podem ser generalizados, já que o nível e a natureza dos investimentos realizados nessas práticas dependem, na maioria dos casos, do setor econômico ao qual pertence a empresa (GISBERT; LUNARDI, 2012). Ressalta-se, ainda, que o alto nível de *disclosure* pode estar relacionado ao poder normatizador da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) sobre as empresas reguladas, concessionárias ou permissionárias. Entre os elementos normatizadores, destaca-se a Resolução Aneel n. 444, de 26 de outubro de 2001, a qual exige a apresentação do Balanço Social como forma de demonstrar o comprometimento das empresas reguladas não somente com os interesses dos proprietários, mas também com o interesse da sociedade.

Nota-se que quatro empresas evidenciaram todos os indicadores de sustentabilidade da GRI – Ampla Energia e Serviços S.A., CPFL Energia S.A., Cemig Geração e Distribuição S.A. e EDP Energias do Brasil S.A. Por outro lado, as menores médias de *disclosure* dos indicadores de sustentabilidade couberam à CTEEP S.A. e à Eletrobrás S.A., com 39,6% e 45,9%, respectivamente.

No que se refere à publicação do relatório de sustentabilidade, somente as empresas AES Eletropaulo S.A. e Tractebel Energia S.A. o fizeram em todo o período analisado. Enquanto isso, a Cemat S.A. e a Cosern S.A. publicaram seus relatórios somente em 2009. Ressalte-se que esses resultados não podem ser generalizados, haja vista a fonte e o período da coleta.

Na Tabela 2, apresenta-se o teste de média que examina a ocorrência de processo isomórfico entre os indicadores essenciais e os indicadores adicionais, com a finalidade de se verificar se há práticas convergentes quanto ao *disclosure* dos indicadores de sustentabilidade.

Tabela 2 – Comparação de médias do nível de *disclosure* de sustentabilidade entre os indicadores essenciais e os indicadores adicionais da GRI

Período	Variável	Indicadores da GRI	N	Média (%)	Valor-p
2008	<i>Disclosure</i> dos indicadores de sustentabilidade da GRI	Essenciais	49	0,8661	0,0000
		Adicionais	30	0,7333	
2009		Essenciais	49	0,7509	0,0071
		Adicionais	30	0,6205	
2010		Essenciais	49	0,7889	0,0330
		Adicionais	30	0,7281	
2011		Essenciais	49	0,6972	0,2825
		Adicionais	30	0,6481	

Fonte: os autores.

A partir dos resultados da Tabela 2, pode-se observar que no período entre 2008 e 2010, os níveis de significância se mostraram inferiores ao limite de 5%. A partir desse resultado, infere-se que no período se registra diferença no nível de *disclosure* de sustentabilidade entre os indicadores essenciais e os indicadores adicionais; os essenciais, como o próprio nome induz, são divulgados com mais frequência. Entretanto, no ano 2011 percebe-se que a significância se mostrou superior ao contorno de 5%, demonstrando uma igualdade no *disclosure* das práticas de sustentabilidade entre os indicadores essenciais e os indicadores adicionais, de modo a passarem por um processo de institucionalização, culminando na adoção de práticas isomórficas, como destaca a Teoria Institucional.

O resultado do comportamento heterogêneo entre os indicadores essenciais e os indicadores adicionais da GRI pode ser explicado à luz da Teoria Institucional, mais especificamente acerca do processo de institucionalização. Em um primeiro momento (período entre 2008 e 2010), as empresas procuram realizar o *disclosure* das práticas de sustentabilidade, relativas aos indicadores voltados para uma empresa específica ou para um conjunto complexo de organizações, com o objetivo de adquirir aceitação por parte da sociedade, de modo a legitimar suas ações.

Adicionalmente, ressalta-se que entre 2008 e 2010 as médias de *disclosure* dos indicadores essenciais – aplicados à maioria das organizações – foram superiores, quando comparadas às médias de evidenciação dos indicadores adicionais. Esses resultados mostram o alto potencial de aderência aos indicadores mais destacados nos relatórios da GRI, considerando-se que os indicadores adicionais não são aplicados a todas as organizações.

A Tabela 3 apresenta a Anova que examina a ocorrência ou não de processo isomórfico dos aspectos, que, por sua vez, reflete o isomorfismo de cada dimensão.

Tabela 3 – Análise de variância do *disclosure* por dimensão de sustentabilidade

Dimensões	2008		2009		2010		2011	
	F	Sig.	F	Sig.	F	Sig.	F	Sig.
Econômica	1,372	0,2666	3,167	0,0511	1,673	0,1991	1,566	0,2295
Ambiental	0,454	0,8856	2,919	0,0048	1,463	0,1764	1,356	0,2305
Social	3,176	0,0324	8,214	0,0001	3,022	0,0365	2,138	0,1148

Fonte: os autores.

Os resultados da Anova possibilitam inferir a ocorrência de processo isomórfico para a dimensão econômica em todo o período analisado, na medida em que o grau de significância é superior a 0,05; ou seja, permitem deduzir que as diferenças entre as médias não são significativas. Para a dimensão ambiental, nota-se a ocorrência de isomorfismo somente em 2009, ano em que foi observado grau de significância inferior a 0,05. Para a dimensão social, percebeu-se a ocorrência de processo isomórfico somente em 2011. Ressalta-se notar, em uma perspectiva temporal, a ocorrência de isomorfismo para as três dimensões somente em 2011.

Pela ótica da Teoria Institucional, as organizações tendem a incorporar novas práticas e procedimentos definidos como atividades legítimas que tornariam as organizações de determinado grupo mais semelhantes e elaboradas ao longo do tempo (MEYER; ROWAN, 1977); essa busca leva a práticas isomórficas pelas quais as organizações são estimuladas a se tornarem semelhantes no seu contexto social (DIMAGGIO; POWELL, 1983; FONTES FILHO, 2004). Nessa direção, pode-se inferir que no período de 2008 a 2010, quanto ao *disclosure* de sustentabilidade, especificamente no que se refere à dimensão social, verificou-se a ocorrência de processo de institucionalização, já que se pode perceber a divulgação isomórfica somente em 2011. Sampaio et al. (2012) encontraram resultados diferentes para a dimensão social, constatando comportamentos isomórficos em 2008 e 2009 para a dimensão social interna e externa.

Além disso, nota-se que as práticas isomórficas de *disclosure* em relação à dimensão ambiental, observadas em 2008, 2010 e 2011, podem estar diretamente relacionadas à busca pela legitimidade perante a sociedade. Tais práticas, realizadas por meio de condutas socialmente aceitas (DOWLING; PFEFFER, 1975), entre elas o investimento em meio ambiente, têm o poder de mitigar o potencial efeito poluidor das atividades das organizações (MACHADO; MACHADO; MURCIA, 2011).

No que se refere à dimensão econômica, há uma percepção da ocorrência de isomorfismo em todo o período analisado. Nota-se que em todas as empresas deste estudo as ações são negociadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa), sendo, portanto, sujeitas a normas específicas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o que faz com que suas informações econômicas estejam ao alcance dos diversos usuários. Nesse sentido, as informações declaradas nos Demonstrativos Financeiros Padronizados (DFPs) das empresas podem estar evidenciadas também nos relatórios de sustentabilidade, já que haviam sido geradas anteriormente.

Na Tabela 4, demonstra-se, por meio da Anova, o isomorfismo das dimensões que reflete o processo isomórfico de sustentabilidade.

Tabela 4 – Análise de variância do *disclosure* de sustentabilidade

Sustenta- bilidade	2008		2009		2010		2011	
	F	Sig.	F	Sig.	F	Sig.	F	Sig.
GRI	1,004	0,3765	2,139	0,1289	0,676	0,5140	0,992	0,3857

Fonte: os autores.

Dessa vez, verificou-se a ocorrência de processo isomórfico no *disclosure* de sustentabilidade de tais dimensões, representadas pelas diretrizes da GRI. Constatou-se que o grau de significância em todo o período é superior a 0,05, levando à conclusão de que tais práticas são isomórficas. Esses resultados se alinham com os argumentos de Sridhar e Jones (2013), os quais afirmam que os relatórios de sustentabilidade, uma vez alinhados ao conceito de *Triple Bottom Line*, apresentam-se institucionalizados nos diferentes tipos de organização. Desse modo, as empresas do setor de energia elétrica apresentam práticas isomórficas no *disclosure* de sustentabilidade, de modo a atender às diretrizes da GRI; estas, por sua vez, são alinhadas ao conceito do *Triple Bottom Line*.

Segundo a literatura, esses resultados podem estar relacionados à busca de legitimidade das organizações, por meio das práticas de *disclosure* de sustentabilidade, haja vista que as empresas do setor de energia elétrica, considerado sensível (BRAGA et al., 2011), tendem a implementar ações sustentáveis de modo isomórfico (AMRAN; HANIFFA, 2011; OTHMAN; DARUS; ARSHAD, 2011), buscando, também, melhorar sua reputação no mercado em que atuam (MUTHURI; GILBERT, 2011).

5 CONCLUSÃO

À luz da Teoria Institucional, especificamente nos preceitos da legitimidade e do isomorfismo, o presente estudo procurou verificar a ocorrência de isomorfismo no *disclosure* de sustentabilidade nos relatórios da GRI das empresas do setor de energia elétrica. Para tanto, realizou-se uma análise descritiva, com abordagem predominantemente quantitativa dos dados, utilizando-se uma amostra composta de 55 relatórios de sustentabilidade publicados entre 2009 e 2012. Dessa forma, a análise de dados possibilitou compreender algumas considerações acerca das práticas isomórficas de *disclosure* de sustentabilidade.

Por meio de análise descritiva, constatou-se um alto nível de divulgação para as dimensões econômica, social e ambiental, com médias de 78%, 75,7% e 69%, respectivamente. Constatou-se, ainda, que as empresas apresentam, em média, 30% de variação do nível de divulgação em todas as dimensões da sustentabilidade, registrando variabilidade constante durante o período analisado. Esse resultado pode significar a existência de uma alta normatização nesse setor, bem como possibilitar a maior capacidade de perceptividade e comparabilidade por parte dos grupos de interessados nessas informações.

A análise de variância possibilitou verificar a ocorrência de processo isomórfico das práticas de *disclosure* de sustentabilidade. O teste de comparação de médias possibilitou averiguar a ocorrência de isomorfismo entre os indicadores essenciais e os indicadores adicionais somente em 2011. Constatou-se a ocorrência de isomorfismo para a dimensão econômica em todo o período analisado; ou seja, os aspectos divulgados nessa dimensão não apresentam diferenças significativas. Para a dimensão social, foi percebida a ocorrência de processo isomórfico somente em 2011, enquanto a dimensão ambiental apresentou isomorfismo em 2008, 2010 e 2011. Em um segundo momento, verificou-se a ocorrência de processo isomórfico do *disclosure* de sustentabilidade entre as três dimensões – econômica, social e ambiental – representadas pelas diretrizes da GRI. Constatou-se, ainda, que os níveis de divulgação entre as dimensões da sustentabilidade se apresentam como isomórficos.

Esse resultado permite aceitar a hipótese de que há uma tendência de processo isomórfico no *disclosure* da sustentabilidade da GRI nas empresas do setor de energia elétrica.

Esta pesquisa se insere no escopo dos estudos que se fundamentam na Teoria Institucional e buscam examinar a ocorrência de convergência ou homogeneidade

das práticas estratégicas de sustentabilidade. Esses resultados fornecem indicações empíricas da ocorrência de isomorfismo nas práticas de *disclosure* de sustentabilidade corporativa.

Especificamente, os estudos têm fundamentado-se em diversas perspectivas teóricas, destacando-se a Teoria da Divulgação Voluntária, a Teoria dos *Stakeholders*, a Teoria Cultural e a Teoria do Custo Político. Todavia, os trabalhos não têm destacado a Teoria Institucional – mais especificamente a questão do processo de institucionalização e do isomorfismo – como uma perspectiva teórica para o estudo do *disclosure* de sustentabilidade. Assim, o estudo difere dos já constituídos, por abordar o tema sustentabilidade sob uma perspectiva diferenciada.

De modo adicional, verificar a ocorrência de isomorfismo no *disclosure* de sustentabilidade possibilita compreender a tomada de decisões das práticas estratégicas de *disclosure* da sustentabilidade dessas empresas, cujos fatores podem estar relacionados à busca por legitimidade, melhoria reputacional ou por questões de exigências políticas. O avanço deste estudo se torna relevante, visto que promove o avanço do conhecimento sobre o tema sustentabilidade à luz da Teoria Institucional.

Outra contribuição a destacar se refere à construção do modelo teórico, devidamente fundamentado e articulado, acerca do *disclosure* da sustentabilidade pela perspectiva da Teoria Institucional, utilizando-se os preceitos da legitimidade e do isomorfismo. Os resultados desta pesquisa podem ser replicados em qualquer outro contexto amostral e temporal, haja vista que foram utilizadas fontes públicas, podendo ser validadas interna e externamente.

Por fim, o presente estudo apresenta limitação quanto ao seu próprio escopo, na medida em que utiliza os relatórios de sustentabilidade propostos pela GRI. Além disso, o setor de energia elétrica foi o único investigado entre os 10 setores regulados no mercado brasileiro. Desse modo, sugere-se, para pesquisas posteriores, trabalhar com todas as empresas dos setores regulados, realizando-se um estudo comparativo, bem como a ampliação do seu lapso temporal. Além disso, sugere-se também, investigar, qualitativamente, quais práticas específicas são adotadas pelas empresas presentes nesses setores regulados.

REFERÊNCIAS

ADAMS, C. Internal organizational factors influencing corporate, social and ethical reporting: beyond current theorizing. **Auditing, Accounting and Accountability Journal**, v. 15, n. 2, p. 223-250, 2002.

AGUILERA, R. V. et al. Putting the S. back in corporate social responsibility: a multilevel theory of social change in organizations. **Academy of Management Review**, v. 32, n. 3, p. 836-863, 2007.

AMRAN, A.; HANIFFA, R. Evidence in development of sustainability reporting: a case of a developing country. **Business Strategy and the Environment**, v. 20, p. 141-156, 2011.

ARAS, G.; CROWTHER, D. Corporate sustainability reporting: a study in disingenuity? **Journal of Business Ethics**, n. 87, n. 1, p. 279-288, Apr. 2009.

ASTLEY, W. G.; VAN DE VEN, A. H. Central perspectives and debates in organization theory. **Administrative Science Quarterly**, v. 28, p. 245-273, 1983.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BATRES, L. A. P.; MILLER, V. V.; PISANI, M. J. CSR, sustainability and the meaning of global reporting for Latin American corporations. **Journal of Business Ethics**, New York, n. 91, p. 193-209, Feb. 2010.

BAUER, M. M.; NAIME, R. Estado da arte da evidência social e ambiental voluntária. **Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 2, n. 2, p. 39-60, ago. 2012.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2003.

BERTELS, S.; PELOZA, J. Running just to stand still? Managing CSR reputation in an era of ratcheting expectations. **Corporate Reputation Review**, v. 11 n. 1, p. 26-72, 2008.

BRAGA, C. et al. Fatores determinantes do nível de divulgação ambiental no setor de energia elétrica no Brasil. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 4, n. 2, p. 230-262, 2011.

BRAMMER, S.; JACKSON, G.; MATTEN, D. Corporate social responsibility and institutional theory: new perspectives on the private governance. **Socio-Economic Review**, v. 10, p. 3-28, 2012.

CAMPBELL, J. L. Why would corporations behave in socially responsible ways? An institutional theory of corporate social responsibility. **Academy of Management Review**, n. 32, p. 946-967, 2007.

CASTRO, F. A. R.; SIQUEIRA, J. R. M.; MACEDO, M. A. S. Análise da utilização dos indicadores essenciais da versão “G3”, da Global Reporting Initiative, nos relatórios de sustentabilidade das empresas do setor de energia elétrica sul-americano. **Revista de Informação Contábil**, v. 4, n. 4, p. 83-102, out./dez. 2010.

COCHRAN, P. L. The evolution of corporate social responsibility. **Business Horizons**, v. 50, n. 6, p. 449-454, 2007.

CONCEIÇÃO, S. H.; DOURADO, G. B.; SILVA, S. F. Global Reporting Initiative (GRI) – um estudo exploratório na prática de evidenciação em sustentabilidade empresarial na América Latina. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 2, n. 3, p. 17-38, set./dez. 2012.

COSTA, M. I. et al. Classificação do conteúdo dos relatórios de sustentabilidade de empresas premiadas por suas práticas de responsabilidade socioambiental. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 7, n. 2, p. 147-166, abr./jun. 2013.

DEEGAN, C.; RANKIN, M. Do Australian companies report environmental news objectively? An analysis of environmental disclosures by firms prosecuted successfully by the environmental protection authority. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 9, n. 2, p. 50-67, May 1996.

DELAI, I.; TAKAHASHI, S. Uma proposta de modelo de referência para mensuração da sustentabilidade corporativa. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 2, n. 1, p. 19-40, jan./abr. 2008.

DIAS FILHO, J. M. Evidenciação de informações sociais em seis bancos brasileiros – uma análise à luz da teoria da agência. **Revista Universo Contábil**, v. 9, n. 3, p. 6-21, jul./set. 2013.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review**, v. 48, n. 2, p. 147-160, Apr., 1983.

DOWLING, J.; PFEFFER, J. Organizational legitimacy: social value and organizational behavior. **Pacific Sociological Review**, v. 18, n. 1, p. 122-136, 1975.

DYLLICK, T.; HOCKERTS, K. Beyond the business case for corporate sustainability. **Business Strategy and the environment**, v. 11, n. 2, p. 130-141, Mar./Apr. 2002.

ELKINGTON, J. **Cannibals with forks**: the triple bottom line of 21st century business. Oxford: Capstone Publishing Limited, 1999.

FARIAS, K. T. R. **A relação entre divulgação ambiental, desempenho ambiental e desempenho econômico nas empresas brasileiras de capital aberto**: uma pesquisa utilizando equações simultâneas. 2008. 189 p. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade)–Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008.

FONTES FILHO, J. R. **Estudo da validade da generalização das práticas de governança corporativa aos ambientes dos fundos de pensão**: uma análise segundo as teorias da agência e institucional. 2004. 185 p. Tese (Doutorado em Administração)–Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2004.

GALHANO, P. P. P. **Competências críticas e gestão do conhecimento em empresas concessionárias de distribuição de energia elétrica após o advento do marco regulatório**. 2009. 247 p. Tese (Doutorado em Administração)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

GISBERT, A.; LUNARDI, V. A evolução da RSC no Brasil entre empresas listadas na Bovespa. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 6, n. 1, p. 90-111, 2012.

HACKSTON, D.; MILNE, M. J. Some determinants of social and environmental disclosures in New Zealand companies. **Accounting, Auditing e Accountability Journal**, v. 9, n. 1, p. 77-108, 1996.

HOPWOOD, A. G. Accounting and environment. **Accounting, Organizations and Society**, v. 34, n. 3-4, p. 433-439, Apr./May. 2009.

LINS, C.; OUCHI, H. C. **Sustentabilidade corporativa**: energia elétrica. 2007. Disponível em: <<http://fbds.org.br/fbds/Apresentacoes/FBDS-IMD-EnergiaEletrica.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2013.

MACHADO-DA-SILVA, C. L. et al. Institucionalização da mudança na sociedade brasileira: o papel do formalismo. In: VIEIRA, M. M. F.; CARVALHO, C. A. (Org.). **Organizações, instituições e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; FONSECA, V. S.; CRUBELLATE, J. M. Estrutura, agência e interpretação: elementos para uma abordagem recursiva do processo de institucionalização. **Revista de Administração Contemporânea**, p. 9-39, 2005.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; FONSECA, V. S. Homogeneização e diversidade organizacional: uma visão integrativa. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 23., Salvador, **Anais...** Salvador, 1993.

MACHADO FILHO, C. A. P.; ZYLBERSZTAJN, D. Capital reputacional e responsabilidade social: considerações teóricas. **Caderno de Pesquisas em Administração**, v. 11, n. 2, p. 87-98, abr./jun. 2004.

MACHADO, M. R.; MACHADO, M. A. V.; MURCIA, F. D. R. Em busca da legitimidade social: relação entre impacto ambiental da atividade econômica das empresas e os investimentos no meio ambiente. **Revista Universo Contábil**, v. 7, n. 1, p. 20-35, 2011.

MATTEN, D.; MOON, J. “Implicit” and “Explicit” CSR: a conceptual framework for a comparative understanding of corporate social responsibility. **Academy of Management Review**, n. 33, p. 404-424, 2008.

MCWILLIAMS, A.; SIEGEL, D. S.; WRIGHT, P. M. Corporate social responsibility: strategic implications. **Journal of Management Studies**, v. 43, n. 1, p. 1-18, jan. 2006.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. **American Journal of Sociology**, v. 83, n. 2, p. 340-363, set. 1977.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. In: POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. J. (Ed.). **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

MICHELON, G.; PARBONETTI, A. The effect of corporate governance on sustainability disclosure. **Journal of Management Governance**, n. 16, n. 3, p. 477-509, Aug. 2012.

MORISUE, H. M. M.; RIBEIRO, M. S.; PENTEADO, I. A. M. A evolução dos relatórios de sustentabilidade de empresas brasileiras do setor de energia elétrica. **Contabilidade Vista e Revista**, v. 23, n. 1, p. 165-196, jan./mar. 2012.

MUNCK, L.; SOUZA, R. B. de. Gestão por competências e sustentabilidade empresarial: em busca de um quadro de análise. **Revista Eletrônica Gestão e Sociedade**, v. 3, n. 6, p. 254-288, jul./dez. 2009.

MUTHURI, J. N.; GILBERT, V. An institutional analysis of corporate social responsibility in Kenya. **Journal of Business Ethics**, v. 98, p. 467-483, 2011.

NIKOLAEVA, R.; BICHO, M. The role of institutional and reputational factors in the voluntary adoption of corporate social responsibility reporting standards. **Journal of The Academy of Marketing Science**, n. 39, n. 1, p. 136-157, Feb. 2011.

O'DONOVAN, G. Environmental disclosures in annual report: extending the applicability and predictive power of legitimacy theory. **Accounting, Auditing e Accountability Journal**, v. 15, n. 3, p. 344-371, 2002.

OLIVER, C. Strategic responses to institutional processes. **Academy of Management Review**, v. 16, n. 1, p. 145-179, 1991.

OTHMAN, S.; DARUS, F.; ARSHAD, R. The influence of coercive isomorphism on corporate social responsibility reporting and reputation. **Social Responsibility Journal**, v. 7, n. 1, p. 118-135, 2011.

PATTEN, D. M. Intra-industry environmental disclosures in response to the Alaskan oil spill: a note on legitimacy theory. **Accounting, Organization and Society**, Amsterdam, v. 15, n. 5, p. 471-475, July, 1992.

PATTEN, D. M. . The relation between environmental performance and environmental disclosure: a research note. **Accounting, Organizations and Society**, v. 27, n. 2, p. 763-773, Nov., 2002.

PORTER, M. **Vantagem competitiva**. São Paulo: Campus, 1990.

PRAHALAD, C. K.; HAMEL, G. Strategy as a field of study: why search for a new paradigm? **Strategic Management Journal**, v. 15, n. 2, p. 5-16, 1994.

ROSSETTO, C. R.; ROSSETO, A. M. Teoria institucional e dependência de recursos na adaptação organizacional: uma visão complementar. **RAE Eletrônica**, v. 4, n. 1, jan./jun. 2005.

SAMPAIO, M. S. et al. Evidenciação de informações socioambientais e isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras. **Revista Universo Contábil**, v. 8, n. 1, p. 105-122, 2012.

SAVITZ, A. W.; WEBER, K. **A empresa sustentável: o verdadeiro sucesso é lucro com responsabilidade social e ambiental**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SCOTT, W. R. **Institutions and organizations**. 2. ed. London: Sage Publications, 2001.

SCOTT, W. R. Unpacking institutional arguments. In: DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

SELZNICK, P. Institutionalism “old” and “new”. **Administrative Science Quarterly**, v. 41, p. 270-277, 1996.

SRIDHAR, K.; JONES, G. The three fundamental criticisms of the Triple Bottom Line approach: an empirical study to link sustainability reports in companies based in the Asia-Pacific region and TBL shortcomings. **Asian Journal of Business Ethics**, v. 2, p. 91-111, 2013.

SUCHMAN, M. C. Managing legitimacy: strategic and institutional approaches. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 3, p. 571-610, July 1995.

TILLING, M. V.; TILT, C. A. The edge of legitimacy: voluntary social and environmental reporting in Rothmans’ 1956-1999 annual reports. **Accounting, Auditing e Accountability Journal**, v. 23, n. 1, p. 55-81, 2010.

TRIOLA, M. F. **Introdução à estatística**. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

VELLANI, C. L.; RIBEIRO, M. S. Sustentabilidade e contabilidade. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 1, n. 11, p. 187-206, jan./jun. 2009.

ZILBER, T. B. Institutionalization as an interplay between actions, meanings, and actors: the case of a rape crisis center in Israel. **Academy of Management Journal**, v. 45, n. 1, p. 234-254, 2002.

ZUCKER, L. G. The role of institutionalization in cultural persistence. In: POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. J. **The New Institutionalism in Organizational Analysis**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

Como citar este artigo:

PARENTE, Paulo Henrique Nobre et al. Teoria institucional e Disclosure de sustentabilidade: uma investigação no setor de energia elétrica. *RACE*, Revista de Administração, Contabilidade e Economia, Joaçaba: Ed. Unoesc, v. 13, n. 3, p. 889-918, set./dez. 2014. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/race>>. Acesso em: dia/mês/ano.

APA Parente, P.H.N., Mota, A.F., Cabral, A.C. de A., Santos, S.M., Brandão, I.F. (2004). Teoria institucional e Disclosure de sustentabilidade: uma investigação no setor de energia elétrica. *RACE, Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, 13 (3), 889-918. Recuperado em dia/mês/ano, de <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/race>

